

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

TATIANA DIHL PERIN

**AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO
AUXILIANDO O SURDO NA CONQUISTA DA CIDADANIA E DA
INCLUSÃO SOCIAL**

Porto Alegre
2005

TATIANA DIHL PERIN

**AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO
AUXILIANDO O SURDO NA CONQUISTA DA CIDADANIA E DA
INCLUSÃO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Eliane Lourdes da Silva Moro

Porto Alegre
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: José Carlos Ferraz Hennemann
Vice Reitor: Pedro Cezar Dutra Fonseca

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
Diretor: Valdir Jose Morigi
Vice-diretor: Ricardo Schneiders da Silva

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
Chefe: Iara Conceição Bitencourt Neves
Vice-chefe: Jussara Pereira Santos

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P445t Perin, Tatiana Dihl. 1978 –
As tecnologias de informação e de comunicação auxiliando o surdo na conquista da cidadania e da inclusão social/ Tatiana Dihl Perin ; orientação Eliane Lourdes da Silva Moro — Porto Alegre: UFRGS, 2005.
80 f.

Inclui apêndices.

1.Cidadania 2. Inclusão Social 3. Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais 4. Tecnologias de Informação e de Comunicação 5. Surdos I. Título. II. Moro, Eliane Lourdes da Silva.

CDU 342.71-056.263

Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705 - Bairro Santana
CEP 90035-007 Porto Alegre-RS
Fone (51) 3316-5146
Fax (51) 3316-6635
e-mail: fabico@ufrgs.br

Tatiana Dihl Perin

**AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO AUXILIANDO O
SURDO NA CONQUISTA DA CIDADANIA E DA INCLUSÃO SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, para obtenção do
grau de bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: ___/___/___

Prof. Eliane Lourdes da Silva Moro – Orientadora

Prof. Dra. Ana Maria Dalla Zen (UFRGS)

Creice Barth (Especialista)

Dedico este trabalho aos meus pais Valdemar e Tânia e meus irmãos Thiago e Thaís por todo amor, paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Valdemar e Tânia por todo amor, apoio, paciência.

Aos meus irmãos Thiago e Thaís pelo apoio, amor e paciência.

À minha orientadora Eliane por todo o apoio e paciência durante a realização desse trabalho.

A todos os alunos, professores e funcionários da Escola de Ensino Fundamental para Surdos Professora Lilia Mazon pela amizade e ensinamentos.

A minha colega Ana Paula pelo “help”.

A professora Ivete pelo apoio e paciência.

Aos meus amigos e familiares pela força e apoio.

Aos colegas e professores que compartilharam comigo seus conhecimentos e aprendizados.

RESUMO

Este trabalho apresenta a conquista dos direitos de cidadão para todas as pessoas, inclusive para as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs). Por causa das suas diferenças e limitações elas são excluídas da sociedade, e somente com informação e conhecimento elas poderão ser incluídas na sociedade e conquistar seus direitos. Mostra a importância das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) para que os surdos conquistem sua cidadania e sejam incluídos na sociedade. Apresenta um breve histórico da luta pela cidadania começando na Antiguidade Clássica até os dias atuais no Brasil e no mundo. Aborda a inclusão através dos conceitos de inclusão social, inclusão digital e inclusão escolar. Indica quem são as PNEEs. Apresenta as TICs e sua importância. Explica quem são os surdos, descreve sua cultura, identidade, forma de comunicação e educação. Através das respostas dos questionários exemplifica quais TICs são importantes para o processo de conquista da cidadania e para a inclusão social dos surdos e quais são as dificuldades no seu acesso e uso.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Inclusão Social. Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Tecnologias de Informação e de Comunicação. Surdos.

ABSTRACT

This work presents the conquest of citizen's rights is for all. Including People with Special Education Needs. With their limitation and differences they are exclude from society, been information and knowledge the way to include and make them conquer their rights. The importance that Information and Communication Technologies have to include deaf people into society, is to help them to conquer their citizenship. Presents a brief history how people fought to get their citizenship. It all began in the Classic Ancient times laying through now days in Brazil and the world. Aboards inclusion through the concepts of social inclusion, digital inclusion and educational inclusion. Indicates who People with Special Education Needs are. Presents Information and Communication Technologies importance. Explains who deaf people are, describing their culture, identity, ways of communication and education. Through quiz answers exemplify which Information and Communication Technologies are important to deaf people conquer their citizenship and social inclusion, also points the difficulties to access an use technologies.

KEYWORDS: Citizenship. Social Inclusion. People with Special Education Needs. Information and Communication Technologies. Deaf People.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIAP - Bureau International d'Audiophonologie

c/s - Ciclos por Segundo

dB - Decibéis

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS - Departamento de Ordem e Política Social

Hz - Hertz

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

PNEEs – Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

PPD - Pessoa Portadora de Deficiência

SISO - Sistema de Intermediação Surdo Ouvinte

TDD - Telecommunications Device for the Deaf

TICs – Tecnologias de Informação e de Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Definição do Problema.....	12
1.2 Objetivos.....	12
<u>1.2.1 Objetivo Geral.....</u>	<u>13</u>
<u>1.2.2 Objetivos Específicos.....</u>	<u>13</u>
1.3 Justificativa.....	13
2 METODOLOGIA.....	15
3 CIDADANIA – direito de todos, privilégio de alguns.....	16
3.1 A Cidadania no Contexto Histórico Mundial.....	17
3.2 Cidadania no Panorama Brasileiro.....	21
4 INCLUSÃO – o caminho para a cidadania.....	26
4.1 Inclusão Social.....	27
4.2 Inclusão Digital.....	28
4.3 Inclusão Escolar.....	29
5 PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	32
6 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO.....	34
7 O UNIVERSO DOS SURDOS E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	38
7.1 Tipos de Surdez.....	39
7.2 Grau de Surdez.....	40
7.3 Causas e Prevenção da Surdez.....	42
7.4 Avaliação da Surdez.....	44
7.5 Cultura e Identidade Surda.....	46

7.6 A Língua de Sinais.....	47
7.7 Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	49
8 A EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	51
8.1 Oralismo.....	52
8.2 Comunicação Total.....	53
8.3 Bilingüismo.....	54
8.4 Escola Inclusiva.....	55
8.5 A Educação dos Surdos no Brasil.....	56
8.6 A Leitura para os Surdos.....	57
9 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	59
9.1 Questões para Ouvintes.....	60
9.2 Questões para Surdos.....	65
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	74
APÊNDICE A – Questões para Ouvintes.....	77
APÊNDICE B – Questões para Surdos.....	79

1 INTRODUÇÃO

Os temas “cidadania” e “inclusão social” são amplamente discutidos atualmente, assim como os direitos das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs).

Entendendo-se cidadania em sua concepção mais simples, temos como um conjunto de direitos e deveres do indivíduo na sociedade. Portanto, presumi-se que para o homem constituir-se em cidadão precisa ter seus direitos não somente assegurados em documentos, mas concretamente no seu cotidiano, de forma a garantir os bens materiais, sociais, necessários a sua formação enquanto ser. (MARINHO, 1993, p.90).

Nesse contexto, esse trabalho aborda o processo de conquista da cidadania desde sua origem na Antiguidade Clássica até os dias atuais no Brasil. Trata também da inclusão das PNEEs na sociedade através da inclusão social, digital e escolar. Apresenta os tipos de Tecnologias de Informação e de Comunicação e a sua importância para que os surdos conquistem sua cidadania e sejam incluídos, respeitando suas características próprias de modo de vida e idioma.

Para isso, faz-se necessário conhecer as características dos surdos, suas limitações, sua identidade e cultura, sua língua, educação e os tipos de tecnologias que podem auxiliá-los na conquista da cidadania e de uma inclusão social que respeite as diferenças. Somente assim será possível o acesso à informação.

O melhor caminho para que o indivíduo conquiste sua cidadania é através da educação. Essa conquista não é fácil, e para as pessoas com

necessidades especiais, nesse caso os surdos, ela torna-se muito mais difícil. Além do convívio com os preconceitos, eles necessitam de uma educação diferenciada, pois sua comunicação é diferente.

A escolha por esse tema se deve a minha experiência de dois anos de estágio na biblioteca da Escola de Ensino Fundamental para Surdos Professora Lilia Mazon. Devido à convivência com alunos e profissionais surdos, aprendi a respeitar as diferenças e valorizar as conquistas de pessoas que poderiam viver excluídas, mas lutam para ter acesso a seus direitos e a conquistar sua cidadania.

1.1 Definição do Problema

O trabalho pretende verificar como as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs), podem auxiliar o surdo na conquista da cidadania e da inclusão social.

1.2 Objetivos

Para o estudo e a busca de respostas à questão acima exposta foram estabelecidos os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) podem auxiliar os surdos na conquista da cidadania e da inclusão social.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- a) identificar quais as TICs são utilizadas pelos surdos para o acesso à informação;
- b) identificar as dificuldades no acesso e no uso dessas TICs;
- c) verificar como as TICs são utilizadas pelos surdos.

1.3 Justificativa

Os direitos de cidadania são para todos, porém as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEES) normalmente ficam à margem da sociedade. Como obstáculo ao exercício de sua cidadania, elas encontram o preconceito e, muitas vezes, são excluídas da sociedade por causa dele.

A solução para o combate dos preconceitos e para a inclusão na sociedade é a informação. Ninguém pode lutar pelos seus direitos sem saber quais são e como pode conquistá-los. Com informação e conhecimento as PNEEs podem conquistar sua cidadania, e é através das TICs que elas podem conhecer e exigir seus direitos. Por isso, justifica-se este trabalho, na verificação e análise de como as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) podem auxiliar os surdos na conquista da cidadania e da inclusão social.

2 METODOLOGIA

O trabalho é um estudo de caso que se desenvolveu através de Pesquisa Exploratória qualitativa com quatro sujeitos, sendo duas professoras ouvintes e duas surdas com Curso Superior completo. As quatro entrevistadas possuem conhecimentos e relações com a comunidade surda.

Foram aplicados questionários em função da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - pois as respostas descritivas ficam mais completas. Os dados foram coletados e analisados através de questões diferenciadas aos grupos entrevistados, de forma a possibilitar o relato individualizado de cada um. O questionário para as ouvintes (Apêndice A) tem nove questões, e o questionário para surdos (Apêndice B) tem oito questões. A apresentação dos questionários visa conhecer os processos de aprendizado, as TICs envolvidas no acesso à informação, e como elas auxiliam o surdo na conquista da sua cidadania e inclusão social.

Para um melhor aproveitamento das respostas, os questionários foram entregues aos entrevistados, que responderam as questões de forma escrita. Após um período de quinze dias, foi feito um novo contato, para o recolhimento dos questionários.

Na análise das respostas todas as elas serão discriminadas. Por causa da necessidade de interpretação das informações, a análise será feita com base na revisão de literatura.

3 CIDADANIA – direito de todos, privilégio de alguns

De acordo com Dallari (1999) a cidadania é um conjunto de direitos que permite às pessoas uma participação ativa da vida e do governo de seu povo. “Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.” (DALLARI, 1999, p.14). Através da cidadania cada indivíduo se torna parte da sociedade em que vive, podendo fazer suas próprias escolhas para melhorar suas vidas e a de seus semelhantes.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2003, p.9)

Ser cidadão é ter o poder de decisão em qualquer uma de suas escolhas, da roupa que vai vestir ao governante que vai comandar o seu País.

O conceito de cidadania varia de acordo com a época e o lugar. O termo cidadania foi usado na Roma antiga, porém sua concepção foi variando no tempo e no espaço.

3.1 A Cidadania no Contexto Histórico Mundial

O termo cidadania tem origem na Antiguidade Clássica. De acordo com Figueirêdo (1997), a concepção inicial da cidadania surge na sociedade greco-romana através da participação direta dos cidadãos na vida política. Nesse período a cidadania ainda era restrita a uma minoria que participava da vida política da Cidade-Estado.

Na antiga Grécia somente homens livres, filhos de pais e mães livres, podiam ser cidadãos. Somente eles podiam tomar parte nas assembléias, tribunais e nos conselhos, assim como exercer cargos públicos. Os jovens, as mulheres, os escravos e os estrangeiros (metecos) não possuíam direitos públicos. Porém, os estrangeiros que prestassem serviços considerados relevantes poderiam tornar-se cidadãos através do voto da assembléia do povo.

Na sociedade romana havia discriminação e separação das pessoas por classes sociais. Em primeiro lugar vinham os romanos e os estrangeiros. Entre os romanos havia a diferenciação entre homens livres e escravos, e ainda entre os livres, existia a distinção entre patrícios e os plebeus. Os patrícios eram considerados nobres por serem membros das famílias mais importantes que participaram da fundação de Roma e possuíam direitos políticos, civis e religiosos. Os plebeus eram pessoas comuns que não tinham o direito de ocupar todos os cargos políticos.

Com o passar do tempo foram criadas categorias intermediárias, nelas alguns plebeus recebiam títulos que os deixavam mais próximos dos patrícios e lhes dava acesso aos cargos mais importantes. Quanto à participação em

atividades políticas e administrativas havia distinção entre os romanos. Os romanos livres tinham cidadania, sendo considerados cidadãos, porém nem todos podiam ocupar os cargos políticos ou cargos administrativos mais altos. Havia uma distinção entre cidadania e cidadania ativa. Apenas os cidadãos ativos possuíam o direito de participar das atividades políticas, especialmente através do voto, e de ocupar os mais altos postos da Administração Pública.

Durante os Séculos XVII e XVIII havia a divisão da sociedade em classes, parecida com a antiga divisão romana. Os nobres tinham privilégios, possuíam muitas terras, não pagavam impostos e ocupavam os cargos políticos mais importantes. Existiam também as pessoas conhecidas como comuns, que eram divididas em ricos, burguesia, e os outros que, por não possuírem riquezas, viviam de seu trabalho no campo ou na cidade. Nesse período da história, chamado de Absolutismo, os reis governavam com poderes absolutos.

Com o regime absolutista houve um processo de centralização territorial do poder político, que, ao limitar a liberdade, detonou movimentos revolucionários na Europa, principalmente na Inglaterra e na França, conhecidas como revoluções burguesas. Elas procuravam restabelecer a cidadania política e reconhecer os direitos naturais de cada indivíduo.

Segundo Dallari (1999), na revolução ocorrida na Inglaterra, nos anos de 1688 e 1689, o rei perdeu todos os poderes que possuía, e os burgueses dominaram o Parlamento, deixando os nobres em segundo plano. Durante esse período a Inglaterra possuía treze colônias na América do Norte. Os proprietários de terras e os grandes comerciantes dessas colônias, influenciados pelos acontecimentos na Inglaterra, promoveram uma revolução no Século XVIII, proclamando a sua independência no ano de 1776.

Ainda no Século XVIII, ocorreu a Revolução Francesa que fez surgir à moderna concepção de cidadania. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, propostos pela revolução, estabeleceram novos parâmetros de organização política, acabando com os privilégios da nobreza.

Em 14 de julho de 1789, o povo invadiu a Bastilha, lugar onde os acusados de serem contra o regime absolutista encontravam-se presos. Esse acontecimento foi o marco inicial de uma série de mudanças na organização social e no sistema de governo da França. O fim dos privilégios da nobreza foi uma das mais importantes modificações. Por todas essas mudanças, a Tomada da Bastilha passou a ser comemorada como o dia da Revolução Francesa. Porém, a revolução se caracterizou por alguns fatos anteriores.

A utilização dos termos cidadão e cidadã, simbolizando a igualdade entre todos, foi uma das modificações importantes que ocorreram antes da Tomada da Bastilha. De acordo com Dallari (1999), diversos escritores políticos defendiam a idéia de que todos os seres nascem livres, portanto devem ter os mesmos direitos. O reconhecimento dessa igualdade de direitos foi defendido tanto pelos burgueses, quanto pelo povo. Os burgueses queriam o direito de participar do governo, para não ficarem sujeitos as regras que só eram convenientes aos reis e a nobreza. O povo, por sempre depender dos mais ricos, achava que participando do governo as leis poderiam ser mais justas.

Quando se falava nos direitos da cidadania a intenção era dizer que todos deveriam ter o mesmo direito de participar do governo, não havendo mais diferença entre nobres e não nobres nem entre ricos e pobres ou entre homens e mulheres. (DALLARI, 1999, p.12)

Em 1791, os líderes da Revolução Francesa se reuniram numa Assembléia, aprovando a primeira Constituição Francesa. Nela estabeleceram regras que modificavam completamente a idéia de cidadania, trazendo de volta os conceitos de cidadania e cidadania ativa. Os membros da Assembléia e os legisladores definiram que para participar da vida política era preciso ser cidadão ativo. De acordo com Dallari (1999, p.13) “[. . .] para ser cidadão ativo era preciso ser francês, do sexo masculino, ser proprietário de bens imóveis e ter uma renda mínima anual elevada.”

Assim, a concepção de cidadania continuou a ser a mesma, ou seja, o conjunto de pessoas que tinham o direito de participar da vida política, de votar e ser votado e de ocupar cargos públicos. Porém, a cidadania deixou de ser um símbolo de igualdade, e no lugar dos privilégios da nobreza, surgiu uma nova classe de privilegiados. Enquanto isso, as mulheres, os trabalhadores e as camadas mais pobres da população foram excluídos da cidadania ativa, precisando começar uma nova luta para conquistar seus direitos de cidadão. Uma luta que continua até hoje, para que a cidadania seja um direito de todos e não privilegio de alguns.

A história da cidadania demonstra como ela está em constante construção. Ela é o objetivo daqueles que desejam liberdade e mais direitos. O exercício pleno da cidadania pressupõe ter direitos civis, políticos e sociais. Esses direitos foram conquistados através de um longo processo histórico.

3.2 Cidadania no Panorama Brasileiro

Para melhor compreender o processo de cidadania no Brasil deve-se estudar um pouco da própria história do País e de suas Constituições.

De acordo com Figueirêdo (1997) durante a Monarquia a sociedade era formada por senhores e escravos, sendo que apenas os senhores eram considerados cidadãos. Com a abolição da escravatura, os escravos conseguiram a franquia civil. Por isso, durante esse período a concepção de cidadania aparece como uma formulação jurídica.

A Carta Constitucional de 1824, seguindo o modelo da Constituição Francesa de 1791, adotou um sistema de eleição indireta para o legislativo. Nessa constituição somente os cidadãos com renda anual superior a cem mil réis tinham o direito de votar. Nesse período o que valia para o voto era o patrimônio que o cidadão possuía. Sendo assim, a maior parte da população era excluída do processo de escolha de seus governantes.

Durante a República Velha (1889 -1930), o direito de voto passou a ser universal, e não mais censitário. Porém, havia limitações ao direito da cidadania, como a exclusão das mulheres do processo político e a exigência da alfabetização. Segundo Figueirêdo (1997, p.89) “a alfabetização passou a ser o elemento que excluía o direito de cidadania plena à maioria da população.” Mesmo exigindo a alfabetização, a Constituição da época não garantia a educação básica como obrigação do Estado.

Outro elemento limitador da cidadania era o coronelismo. Os coronéis eram grandes proprietários rurais que, possuindo o poder econômico,

também tinham o poder político, de justiça e de polícia. Esse poder de mando dos coronéis influenciava as eleições através do “voto de cabresto”. Nesse tipo de voto, as pessoas votavam nos candidatos indicados pelos coronéis em troca de favores ou simplesmente por imposição dos mesmos.

A Constituição de 1891, de acordo com Figueirêdo (1997), teve como base a Constituição norte-americana, e defendia uma República Federativa Presidencialista. Possuía um caráter liberal, que se revelou de forma aparente com a realidade econômica, social, política e cultural do País. “O liberalismo econômico adotado beneficiou apenas o empresariado rural e urbano, visando minimizar o contrato do estado sobre a vida econômica do País.” (FIGUEIRÊDO, 1997, p.89).

O período entre 1930 e 1945, foi marcado por práticas que limitaram o exercício da cidadania. Além disso, durante a maior parte dele o regime foi ditatorial. A Revolução de 30 trouxe mudanças na economia do País, porém no âmbito social pouco se modificou. Mesmo com o aumento da industrialização, o Brasil continuou sendo agrícola e exportando matéria-prima. Além disso, a maioria da população permaneceu analfabeta e excluída de participar das decisões políticas.

Entre 1930 e 1934, durante o governo provisório, houve o fechamento do Congresso Nacional e a intervenção nos Estados. Inicialmente grande parte da população urbana apoiou o movimento tenentista, porém logo se desiludiram, pois a política adotada por Getúlio Vargas foi marcada pela conciliação com grande parte dos coronéis. O principal movimento de contestação ocorreu em São Paulo. A Revolução Constitucionalista foi um exemplo de movimento que envolve a cidadania, pois o povo foi manobrado pelas elites. As elites velhas e novas que até então eram inimigas, se aliaram e comandaram o povo para lutar contra o governo federal.

O chamado governo constitucional (1934-1937) foi marcado pela conquista dos direitos políticos e da liberdade. O nível de organização e participação social se tornou maior e a imprensa se destacou, com parte dela assumindo uma posição crítica frente ao governo. Além disso, surgem grupos de oposição ao governo, como a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira. O governo Vargas, apesar de dar maior liberdade, determinou limites à cidadania, com o controle sobre o Congresso Nacional e a edição da Lei de segurança nacional.

O Estado Novo (1937-1945) foi uma ditadura que eliminou os direitos políticos e individuais e impôs ao Brasil uma forte repressão. O governo utilizou como instrumentos de repressão O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), que era uma polícia política, com o objetivo de controlar movimentos de transformação da ordem social vigente.

Durante o período de 1945 e 1964 foi reorganizado o Estado de Direito. As leis foram respeitadas e as liberdades individuais garantidas. Os trabalhadores se organizaram de forma independente. A crise do populismo foi responsável pela polarização política entre os que defendiam uma política nacionalista e popular e os que defendiam a abertura do mercado e uma aproximação maior com a política externa dos Estados Unidos.

A partir de 1964, o Brasil foi caracterizado pelo retrocesso da cidadania política. O direito político foi suprimido pelo Estado e negado à sociedade civil o direito de governar. Assim, o regime político, instalado pelo golpe militar de 1964, inviabilizou e controlou todo e qualquer avanço social e popular. A preservação do caráter burguês da sociedade e o agravamento do nível de miséria

da população contribuíram para o estabelecimento de um processo de achatamento social e de maior exploração da massa trabalhadora. (FIGUEIRÊDO, 1997, p.89)

O modelo adotado pelo governo dos militares tentou disfarçar o seu autoritarismo através de eleições para o Legislativo e para o Executivo de grande parte dos municípios. Além disso, “autorizou” a existência de um partido de oposição. Mas, ao mesmo tempo, os líderes políticos e sindicais foram cassados, presos e exilados, a imprensa foi censurada e as principais diretrizes do governo foram impostas através de atos institucionais. Os governos militares também apostaram num processo de alienação, através de propaganda direta ou subliminar, caracterizada pelo ufanismo nacionalista, do sucateamento da educação, que impossibilitou uma formação consciente e crítica e do controle dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão.

Em 1967, sem a participação do Congresso Nacional, foi elaborada uma Constituição que incorporou os atos editados pelo regime militar, refletindo o autoritarismo dos governos militares.

Com toda a repressão, no final dos anos 70 e na década de 80, surgiram movimentos sociais que pressionaram o fim da ditadura. Foram organizações populares que lutaram pela sua cidadania, exigindo seus direitos políticos, sociais e civis. De acordo com Figueirêdo (1997), a democracia passa a ser sinônimo de participação. Ocorre a ruptura entre Estado e sociedade civil, que busca participar mais ativamente da política. Ocorre uma reformulação partidária com o surgimento de diversos partidos políticos.

Em 1985, com o fim do regime militar uma das principais atitudes do novo governo civil foi a elaboração de uma nova Constituição para o País. Assim, o

Congresso eleito nas eleições de 1986 foi transformado pelo presidente Sarney em Congresso Constituinte.

Em 5 de outubro de 1988, o presidente do Congresso Constituinte Ulysses Guimarães, promulgou oficialmente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Segundo Dallari (1999), a Constituição assegurou o direito dos cidadãos de votar na escolha de seus representantes e o direito de se candidatar para esses cargos. Além disso, os cidadãos podem apresentar projetos de lei, participar de plebiscitos e referendos.

Apesar de todas as mudanças e avanços dos direitos dos cidadãos, as desigualdades sociais e econômicas continuam existindo. A cidadania sempre foi um privilégio das elites do País, porém o novo processo de democratização trouxe uma democracia participativa. A luta pela cidadania não tem fim, ela é uma constante na vida de todas as pessoas.

4 INCLUSÃO – o caminho para a cidadania

A inclusão é um fator essencial para que as pessoas possam lutar por sua cidadania, pois através dela é que todos podem ser considerados cidadãos e assim lutarem por seus direitos. Nesse capítulo são apresentadas três formas de inclusão na sociedade

De acordo com Ferreira (1999, p.1093) o termo inclusão, dentro da Educação Especial é definido como “o ato de incluir pessoas portadoras de necessidades especiais na plena participação de todo o processo educacional, laboral, de lazer, entre outros, bem como em atividades comunitárias e domésticas.”

Atualmente o termo inclusão está diretamente ligado à educação. No entanto, o seu conceito inicia antes da escola. Ele começa junto com a vida. A inclusão é um processo que visa compartilhar com toda a sociedade diversos serviços, tais como a saúde, a educação, o trabalho e outros benefícios sociais e culturais.

As Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais precisam estar incluídas na sociedade para que possam receber e cumprir os seus direitos e deveres de cidadãos. Além disso, a sociedade precisa se adaptar e se modificar para receber as PNEEs nas áreas do processo social, como educação, saúde, cultura, trabalho, lazer e assistência social.

A inclusão ocorre de diferentes formas. Todas as pessoas, especialmente as PNEEs podem ser incluídas através da inclusão social, digital e escolar.

4.1 Inclusão Social

A inclusão social tem sido amplamente discutida no Brasil. Essa discussão possibilitou à sociedade o início da conquista dos direitos das PNEEs. Assim, pode-se entender a inclusão social como um processo de convivência entre pessoas denominadas diferentes e o restante da sociedade tida como “normal”.

A inclusão das PNEEs está apoiada nos princípios de normalização e de igualdade de oportunidades, pois “o princípio da normalização visa facilitar a inclusão de todos os cidadãos, possibilitando o acesso aos serviços em geral, salvo se necessitam de uma atenção especial.” (RIO GRANDE DO SUL, 2002, p.215). Esse princípio está baseado na idéia de que a atenção especial e o isolamento das PNEEs podem dificultar ou impedir a inclusão delas na comunidade.

Normalização é a possibilidade de desenvolver a vida de forma tão normal quanto seja possível. Envolve o respeito às opções e desejos das PNEEs e à possibilidade de participação direta nas decisões sobre suas próprias vidas.

Para facilitar a inclusão é necessária a segurança econômica e a disponibilização de serviços de saúde, sociais, de educação e lazer.

O Princípio da Igualdade de Oportunidades “[. . .] supõe um passo além na inclusão social das Pessoas Portadora de Deficiência como cidadãos a partir delas próprias, não mais de profissionais que as atendem.” (RIO GRANDE DO SUL, 2002, p.216). O acesso às oportunidades não está sendo exigido como caridade, e sim através do direito a um tratamento justo e igual. Todas as pessoas têm necessidades que devem ser consideradas com a devida importância.

As metas são autonomia, independência e poder, o direito de optar sobre a própria vida, promovendo a criação de grupos de auto-ajuda e organizações nas quais as pessoas com deficiência participem diretamente, sendo protagonistas, sem intermediários, na luta contra a exclusão social. (RIO GRANDE DO SUL, 2002, p.216)

Enfim, apenas com o respeito e a aceitação das diferenças é que se construirá uma sociedade mais justa, onde todos os seus cidadãos poderão ter seus direitos garantidos.

4.2 Inclusão Digital

A inclusão digital possibilita que as pessoas utilizem as TICs para permanecerem incluídas na sociedade. Com isso pode-se dizer que a inclusão digital tem como objetivo a inclusão social.

Estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão. Cabe às várias esferas de governo, também ao poder local, dar a oportunidade de incluir a população nos benefícios do mundo em rede, promover a cidadania digital e consolidar os direitos à cidadania. Acesso aos serviços públicos, o acesso à informação e o controle da implementação das políticas públicas serão otimizados no mundo da Internet. Mas o cidadão tem de estar neste novo mundo...(MARTINI, 2005)*

A inclusão digital é uma maneira de promover melhorias na qualidade de vida, gerar conhecimento e troca de informações.

* Documento eletrônico

É impossível tratar sobre a inclusão digital sem falar sobre o seu oposto: a exclusão digital. Segundo Martini (2005) a exclusão digital aumenta a miséria, além de dificultar o desenvolvimento humano. “Os excluídos digitais estão à margem da sociedade em rede – muitos têm chamado tal fenômeno de analfabetismo digital.” (MARTINI, 2005)*

A alfabetização digital é o processo que possibilita às pessoas condições de selecionar as informações na web, processar os dados, adquirir conhecimento para depois transmitir essas informações.

Assim, as pessoas podem utilizar essas informações e esse conhecimento para melhorar suas vidas. Dessa forma, a alfabetização digital oferece condições para que as pessoas sejam capazes de produzir, e não apenas consumir, informações.

4.3 Inclusão Escolar

Em 1994, na Espanha, realizou-se a Conferência de Salamanca. Nessa conferência foi elaborada a Declaração de Salamanca, trazendo, entre outras medidas, a inclusão de todas as crianças na escola regular.

* Documento eletrônico

A partir da Declaração de Salamanca, surgiu o conceito de escola inclusiva, tendo como principal desafio o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, centrado no aluno, oferecendo a oportunidade de aprendizagem a todos, inclusive aos que apresentam dificuldades severas, como no caso de indivíduos com deficiências múltiplas. De acordo com a Declaração de Salamanca, todos os alunos que apresentam dificuldades em sua escolarização são considerados com necessidades educativas especiais, não importando se essas dificuldades sejam permanentes ou temporárias. Dessa forma, cabe à escola adequar seus processos de ensino-aprendizagem às especificidades de cada aluno. (BORGES, 2004, p.64).

No Brasil, a inclusão das PNEEs na escola regular, é garantida pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pela Lei Federal nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

No âmbito da educação, além da inclusão, utiliza-se o termo integração para a inserção das PNEEs na escola. Porém, enquanto a palavra inclusão refere-se a uma inserção total e incondicional, a integração passa a idéia de que a inserção é parcial e dependente das possibilidades de cada indivíduo.

Entretanto, não basta “jogar” os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. São necessárias adaptações tanto na estrutura física da escola, quanto no currículo e nas metodologias de ensino.

Ao final, penso que inclusão de alunos com necessidades educativas especiais não pode ser feita na escola velha, que já vem fracassando – inclusive com seu alunado dito “normal”. Urge a necessidade de desenvolvermos um trabalho escolar voltado às diferenças, às necessidades individuais de cada aluno. Se continuarmos a oferecer um ensino ouvinte, branco, cristão, de classe média, para alunos negros, pobres, surdos, continuaremos a mantê-los excluídos da escola (embora estejam nela inseridos fisicamente). Se a escola não for repensada e se continuar reproduzindo os valores vigentes, construídos por uma pequena parcela da população – que detém o poder, os bens de consumo e o acesso à cultura -, será impossível ocorrer à verdadeira inclusão. (BORGES, 2004, p.68).

Por fim, o que se deve levar em consideração quando o assunto é escola inclusiva é até que ponto ela inclui. Pois, para incluir um aluno com necessidades especiais deve-se respeitar as diferenças dos mesmos.

5 PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs) são todas aquelas que por possuírem alguma limitação, seja física ou mental, não se encaixam nos padrões da sociedade.

As PNEEs são tão cidadãs quanto o restante da sociedade e possuem os mesmos direitos e as mesmas prerrogativas quanto às oportunidades disponíveis na sociedade, independente do tipo de deficiência ou do grau de comprometimento que apresentem. Elas possuem o direito ao convívio não segregado e ao ingresso e acesso imediato aos recursos disponíveis e facilitados aos demais cidadãos.

Durante muito tempo utilizou-se a expressão Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) para designar as PNEEs. Ainda hoje, a sociedade se refere a essas pessoas como deficientes. Porém, de acordo com Passerino (2004), essa nova visão de necessidades especiais envolve um conjunto maior de aspectos do que o conceito de deficiente. “Essa mudança conceitual implica na alteração da concepção da variabilidade do caráter permanente da deficiência para o enfoque do desenvolvimento.” (PASSERINO, 2004, p.334). Com o termo antigo a pessoa com deficiência tinha que se adaptar para viver em sociedade, enquanto que na nova visão, a sociedade precisa se adaptar as necessidades das PNEEs.

Evans (1994, p.70) diz que “[. . .] todas as crianças estão em um continuum de capacidade educacional e crianças com necessidades educacionais especiais são aquelas cujas escolas não podem educar efetivamente sem apoio

adicional.” Essa definição, segundo Passerino (2004), coloca como idéia central no processo educativo as necessidades especiais, e não a pessoa e sua deficiência.

As pessoas que se encaixam no perfil de PNEEs são as que possuem algum tipo de deficiência física, auditiva, visual, mental ou múltipla. Suas características gerais são:

- a) deficiência física é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física;
- b) deficiência auditiva é a perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis;
- c) deficiência visual é a acuidade visual igual ou inferior a 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;
- d) deficiência mental é o funcionamento intelectual significadamente inferior à média, com manifestações antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativas, como, por exemplo, saúde, segurança, lazer, trabalho comunicação, cuidados pessoais e habilidades sociais;
- e) deficiência múltipla é a associação de duas ou mais deficiências.

As Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais não podem ficar segregadas e excluídas da sociedade. Elas devem ser respeitadas, não importando as suas diferenças.

6 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) são todas as tecnologias envolvidas no processo de informação e conhecimento. Elas vão desde os mais tradicionais como livros e revistas, até os mais modernos, como a Internet e as telecomunicações. Para melhor compreender as TICs faz-se necessário conhecer alguns conceitos que as envolvem.

O conceito de informação é vago. Quando alguém assiste a um filme, lê um livro, ouve uma música ou olha uma placa de trânsito sabe que está lidando com algum tipo de informação. Todos utilizam, assimilam, transmitem, manipulam e produzem informação, porém não existe uma definição precisa do que ela significa.

Ferreira (1999, p.1109) define informação como “ato ou efeito de informar(-se); informe.” Dessa forma, ela é vista como produto de uma ação advinda do verbo informar, porém não há uma descrição das suas características. A informação está estreitamente ligada ao conceito de comunicação, pois a informação se não for comunicada pode perder seu valor.

Segundo Ferreira (1999) comunicação é:

Ato ou efeito de emitir, transmitir e receber mensagens por meio de métodos e/ou processos convencionados, quer através da linguagem falada ou escrita, quer de outros sinais, signos ou símbolos, quer de aparelhamento técnico especializado, sonoro e/ou visual. (FERREIRA, 1999, p.517).

A comunicação é o processo que envolve a transmissão das informações. Um emissor emite uma mensagem (informação) que é recebida e assimilada pelo receptor. É através desse processo que uma informação se transforma em conhecimento.

O conhecimento muitas vezes se confunde com informação, no entanto, pode-se dizer que ele é mais completo. A informação transmitida através do processo de comunicação é recebida e assimilada pelo receptor que utiliza suas próprias experiências e conhecimentos anteriores para transformar essa informação em conhecimento. Esses três conceitos estão interligados.

A informação guarda estreita relação com o conhecimento. Sendo a informação uma matéria-prima, um produto, um 'bem simbólico', uma matéria composta de conhecimento, a comunicação se apropria dela para transformá-la em mensagens, opiniões, notícias. Nesse sentido, a informação é um conteúdo trabalhado e retrabalhado pelos meios de comunicação de massa. (FIGUEIRÊDO, 1997, p.83)

As tecnologias de informação indicam todas as formas de gerar, armazenar, processar e reproduzir a informação. O papel, os arquivos, fichários, discos óticos e as fitas magnéticas são exemplos de suportes para o armazenamento da informação. Os dispositivos que permitem o seu processamento são os computadores e os aparelhos que possibilitam a sua reprodução são a máquina de fotocópia, o retroprojeter, o projetor de slides.

As tecnologias de comunicação indicam a forma de veicular a informação. São considerados meios de veiculação, os livros, os jornais, as revistas, o rádio, a televisão, as telecomunicações e a Internet.

Para Altbach (1999, p.144) “o livro continua sendo um dos meios primários de transmissão do conhecimento. Para milhões de habitantes do planeta, é um instrumento indispensável de informação, de entretenimento, de reflexão e de educação.” Com o surgimento das novas tecnologias e dos livros eletrônicos discute-se muito sobre o futuro dos livros. Porém, o livro tradicional é único e continuará sendo uma fonte essencial de informação e conhecimento.

Os jornais e revistas são instrumentos de grande circulação de informação. Por serem mais acessíveis que os livros, tanto no preço, quanto na linguagem, essas tecnologias levam informação e conhecimento atualizados a um grande número de pessoas. Essas informações quando processadas, permitem aos cidadãos a construção de uma consciência política e a luta por seus direitos.

O rádio é um grande veículo de comunicação, com um grande poder de penetração, pois os ouvintes não precisam ser alfabetizados para compreender as informações veiculadas.

A televisão é uma fonte de informação e entretenimento das mais acessíveis. Por unir imagem e som ela pode ser compreendida por todos. Com os avanços da tecnologia, a televisão pode mostrar em tempo real o que ocorre no outro lado do mundo, e dessa forma, propiciar entretenimento e informações atualizadas a todos os cidadãos que tem acesso a ela.

Nos últimos anos, as telecomunicações foram marcadas por uma evolução rápida e dinâmica, tanto através da internet, quanto da telefonia móvel e fixa. Com essas tecnologias, assim como a televisão, os conceitos de tempo e espaço praticamente desapareceram.

A telefonia móvel possibilitou que o já conhecido telefone, numa nova versão, fosse transportado. Essa mudança provocou fortes mudanças de

comportamento social e a cada nova versão o aparelho ganha acessórios e aplicabilidades diferentes. O celular vem sendo utilizado para telefonar, enviar mensagens escritas ou pictográficas, trocar informações. Tornando possível a comunicação entre todas as pessoas, inclusive dos surdos.

A Internet disponibiliza uma variedade de informações e um novo espaço de comunicação. Diferente dos livros, jornais, revistas, rádio e televisão que são unilaterais, a Internet possibilita a interação. Através de e-mails, chats, MSN há uma troca de informações e conhecimentos que deixam de ser somente recebidas, mas passam a ser trocadas ao mesmo tempo. Além disso, com o computador mediando essas trocas de informação, as PNEEs podem interagir entre si e com os outros sem que suas limitações atrapalhem.

7 O UNIVERSO DOS SURDOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

A maneira como se designa uma pessoa, muitas vezes reflete a visão que se tem sobre elas. Isso ocorre com os surdos.

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado *surdo* o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e *parcialmente surdo*, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. (BRASIL, 1997, v. 1, p. 31).

A palavra mais aceita pela comunidade surda é o termo surdo, pois representa uma tentativa de diminuir o processo de estigmatização dessas pessoas, pois essa expressão identifica a pessoa como diferente, e não deficiente. O termo surdo faz com que a perda auditiva seja apenas um fator na vida da pessoa surda, sem ocupar uma posição tão significativa para o seu desenvolvimento individual e grupal.

O termo deficiente auditivo coincide com a utilização de procedimentos que visam ajustar os surdos aos padrões lingüísticos mais aceitos e valorizados na sociedade, envolvendo tratamentos para desenvolver a fala oral. Além disso, é o termo mais utilizado quando se deseja falar sobre os surdos no sentido médico.

Para melhor compreender a surdez é necessário conhecer seus tipos, suas causas e tudo o que a envolve.

7.1 Tipos de Surdez

Existem diferentes tipos de surdez,- que são classificados de acordo com o local onde está localizada a perda auditiva.

Segundo a Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 1997, v. 1) existem dois tipos de deficiência auditiva, a de transmissão e a neurossensorial. Elas possuem as seguintes características:

- a) deficiência auditiva de transmissão ocorre quando o problema está localizado no ouvido externo ou médio. Também conhecida como surdez condutiva, ela faz perder o volume sonoro. Nesse tipo é possível haver uma reversão do problema;
- b) deficiência auditiva neurossensorial ou sensorial tem sua origem no ouvido interno e no nervo auditivo. Geralmente esse tipo de deficiência auditiva é irreversível e possui como característica o corte do volume sonoro e a distorção do som;
- c) deficiência auditiva mista é quando ocorre, ao mesmo tempo, a de transmissão e a neurossensorial.

7.2 Grau de Surdez

Outra forma de classificar a deficiência auditiva é através do grau de deficiência. Esse fator, juntamente com a idade em que ocorre, irá determinar o desenvolvimento da linguagem.

Essa perda é medida, principalmente, por decibéis (dB), que determina a intensidade do som.

Segundo a Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 1997, v. 1), a Portaria Interministerial nº 186, de 10 de março de 1978, no artigo 3º classifica a deficiência auditiva em surdos e parcialmente surdos, suas características são:

- a) os surdos apresentam perda de audição num grau que impede a percepção da voz humana, necessitando de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para a aquisição, correção e desenvolvimento da fala e da linguagem. São os surdos severos e profundos;
- b) os parcialmente surdos são os que, apesar da perda auditiva, conseguem perceber a voz humana, apresentando dificuldades de compreensão e de expressão da linguagem oral, necessitando de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para a correção e desenvolvimento da fala e da linguagem. São os surdos leves e moderados.

Existe ainda a classificação da *Bureau International d'Audiophonologie* (BIAP), que a Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 1997, v. 1) explica:

- a) os portadores de surdez leve são os que apresentam perda auditiva de até 40 dB. Essa perda impede a criança de perceber de forma igual todos os fonemas, porém não impossibilita a aquisição da linguagem. Geralmente, a criança é considerada desatenta e poderá ter problemas articulatórios ou dificuldades na leitura e escrita;
- b) os portadores de surdez moderada apresentam perda auditiva entre 40 e 70 dB. Nesse caso, são freqüentes os atrasos de linguagem e alterações articulatórias. A pessoa tem dificuldade de discriminação auditiva em ambientes com muito ruído. Identifica palavras mais significativas, porém tem dificuldade de compreender certos termos de relação e frases gramaticais complexas;
- c) os portadores de surdez severa têm perda auditiva entre 70 e 90 dB. Têm como características a identificação de alguns ruídos familiares podendo chegar até os quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se houver uma boa orientação na área educacional, poderá adquirir a linguagem;
- d) o portador de surdez profunda tem perda auditiva superior a 90 dB. Pela gravidade priva a criança das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo que adquira a linguagem oral.

7.3 Causas e Prevenção da Surdez

As causas da deficiência auditiva são classificadas de acordo com a época em que aparecem. De acordo com a Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 1997, v. 1), as épocas dividem-se em três categorias: pré-natais, natais e pós-natais. Cada uma delas pode apresentar as seguintes causas:

- a) nas causas pré-natais a criança adquire a surdez através da mãe durante a gravidez. Podem ser através de:
 - causas genéticas e hereditárias,
 - consangüíneas ou ao fator Rh,
 - doenças infecto-contagiosas, como a rubéola,
 - sífilis, toxoplasmosse, herpes,
 - remédios ototóxicos, drogas, alcoolismo materno,
 - problemas nutricionais (desnutrição, subnutrição),
 - pressão alta e diabetes,
 - exposição à radiação.
- b) as causas natais ocorrem por problemas no parto como:
 - pré-maturidade, pós-maturidade, anóxia, fórceps,
 - infecção hospitalar.
- c) as causas pós-natais ocorrem como surgimento de problemas após o nascimento, por exemplo:
 - meningite,
 - excesso de remédios ototóxicos, ou sem orientação médica,
 - sarampo, caxumba,

- exposição contínua a sons e ruídos muito altos,
- traumatismo craniano.

Com a existência de tantas causas para a surdez, é de fundamental importância que se tenha prevenções contra a surdez. A Secretaria de Educação Especial (Brasil, 1997, v. 1) apresenta três tipos, são elas:

- a) a prevenção primária possui ações que antecedem o problema da surdez, evitando sua ocorrência e pode ser realizada por meio de:
 - campanhas de vacinação contra a rubéola,
 - exames pré-nupciais,
 - pré-natal,
 - campanhas de vacinação infantil contra meningite, sarampo, caxumba.
- b) a prevenção secundária tem as ações que atenuam as conseqüências da surdez, e podem ser divididas entre ações de saúde e educacionais:
 - na área da saúde através de diagnóstico, protetização precoce da criança, atendimento fonoaudiológico,
 - na área da educação através do atendimento na Educação Infantil, principalmente com o programa de Estimulação Precoce (crianças de zero a três anos).
- c) a prevenção terciária possui as ações que limitam as conseqüências da surdez e melhoram o nível de desempenho do indivíduo.

7.4 Avaliação da Surdez

Para melhor compreender os exames de avaliação da deficiência auditiva é preciso entender as qualidades do som. Existem duas medidas básicas:

- a) frequência é a "[. . .] grandeza física que corresponde à sensação subjetiva de tonalidade (percepção de graves, médios e agudos)." (COUTO, 1985, p. 20). A unidade de medida é ciclos por segundo (c/s) ou Hertz (Hz). A audição normal se situa entre 250 e 4.000 Hz;
- b) Intensidade é a "[. . .] grandeza física que fornece ao paciente a sensação subjetiva de sonoridade." (COUTO, 1985, p. 20). A unidade é o decibel (dB). A audição normal está entre 0 e 20 dB. Por exemplo, o som de uma conversa possui 60 dB e de um avião a jato 120 dB.

Os principais exames para a investigação da deficiência auditiva , de acordo com Couto (1985), são:

- a) audiometria tonal de limiares onde o paciente deve informar se está ouvindo ou não o som que é enviado do audiômetro (aparelho usado para realizar o teste). Deve ser feito em crianças com nível mental de no mínimo sete anos, pois os com nível inferior a esse podem não conseguir informar corretamente se estão ouvindo. Os resultados são totalmente confiáveis, exceto nos casos de simuladores ou quando houver falta de compreensão do teste;

- b) a audiometria condicionada é utilizada em crianças de zero a sete anos e são usados jogos, técnicas e brincadeiras, onde a criança poderá encaixar peças, apertar um botão ou movimentar um carrinho sempre que perceber o som;
- c) a audiometria de reflexos incondicionados é utilizada em crianças muito pequenas, e tem como objetivo o estudo das reações reflexas diante dos estímulos sonoros lançados por alto-falantes, colocados próximos ao paciente. Os reflexos podem ser:
- reflexo de Moro: consiste na extensão e flexão dos membros superiores e inferiores diante do som, como uma sensação de susto, quando alguém está num ambiente silencioso e de repente surge um som muito alto,
 - reflexo cócleo-cefalógeno: consiste em girar a cabeça na busca pelo som,
 - reflexo cócleo-palpebral; consiste em piscar as pálpebras diante do estímulo sonoro,
 - reflexo cócleo-oculogiro: consiste no movimento dos olhos em busca da fonte sonora.
- d) a audiometria vocal é um exame que acompanha as outras audiometrias e serve para testar a discriminação do paciente diante de uma lista de palavras, ou são usadas figuras que o paciente deverá apontar.

7.5 Cultura e Identidade Surda

Os surdos possuem uma cultura própria, centrada principalmente em sua forma de comunicação, através do alfabeto manual e da língua de sinais. Em quase todas as cidades existem associações de surdos onde eles se reúnem e convivem socialmente. A cultura surda tem como objetivo unificar os surdos numa identidade cultural.

As identidades surdas estão presentes na vida das pessoas desde o início da sua surdez. Quanto às identidades culturais elas estão sempre em mudança, se renovando. Por isso, existem diferentes categorias de identidade surda que por possuírem características semelhantes, tornam-se difíceis de categorizar. Perlin (1998) classificou essas identidades em identidade surda, identidade surda híbrida, identidade de transição e identidade surda flutuante.

A identidade surda é aquela em que os surdos expressam a cultura surda. São as pessoas que se comunicam através da língua de sinais e por causa disso sempre pedem intérpretes. Geralmente apresentam uma identidade surda política, lutando por direitos como escolas de surdos, educação em LIBRAS, um desenvolvimento cultural.

Na identidade surda híbrida a pessoa nasce ouvinte e até certa idade domina a língua oral. Com a perda da audição, esses sujeitos são levados ao encontro da cultura surda, aprendendo a língua de sinais, e vivendo entre as duas culturas.

Na identidade surda de transição estão os surdos que passaram muito tempo em conjunto com a comunidade ouvinte. No momento em que têm

contato com a comunidade surda, eles passam pelo processo de transição de uma para outra, inclusive da comunicação visual e oral para a visual e sinalizada.

A identidade surda flutuante é aquela em que os surdos não possuem contato com a cultura surda, ou seja, vivem no meio dos ouvintes. Nessa identidade estão as pessoas que assimilaram a cultura ouvinte, e por isso passam a competir com os ouvintes, e aquelas que não conseguiram assimilar a cultura e vivem dependentes dos ouvintes, geralmente superprotegidos por familiares.

A identidade surda é incômoda na sociedade, mesmo assim ela precisa ser assumida. Ela é um passo para assegurar a subjetividade da cidadania e esvaziar o individualismo agressivo da exclusão. Ela deve mover-se para além de uma mera celebração representativa da identidade ouvinte em seus moldes agrilhoados. (PERLIN, 198, p.121).

Para que os surdos possam ser incluídos na sociedade e terem seus direitos de cidadão assegurados, é fundamental o respeito de todos a sua cultura e identidade.

7.6 A Língua de Sinais

As línguas de sinais são línguas gestuais-visuais baseadas no uso das mãos, dos olhos, do rosto, da boca e de todo o corpo. Ao contrário do que muitos imaginam, as línguas de sinais não são simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. São línguas com

estruturas gramaticais próprias. Atribui-se a elas o status de língua, pois também são compostas pelos níveis lingüísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. O que na língua oral-auditiva é chamado de palavra, na língua de sinais é chamado de sinal. Alguém que tenha contato com a língua de sinais irá aprender uma outra língua, como o inglês ou o espanhol.

As línguas de sinais têm o mesmo status das línguas orais. Uma vez que se prestam às mesmas funções destas, têm uma organização interna que define seu conjunto de regras próprias, em todos os níveis lingüísticos, e estão sendo estudadas cientificamente em várias partes do mundo; podem expressar os pensamentos mais complexos e as idéias mais abstratas, sendo adequadas para transmitir informações, para o ensino e, principalmente, representam a identidade entre as pessoas surdas. (PARANÁ, 1998, p. 1).

A maioria das pessoas imagina que a língua de sinais seja uma linguagem universal, ou seja, os sinais feitos no Brasil serão entendidos nos Estados Unidos. Essa é uma concepção errada, pois cada País possui a sua língua de sinais, resultante da cultura do grupo social que a utiliza. Do mesmo modo que há uma grande variedade de línguas orais estrangeiras, existem diferentes línguas de sinais. Além disso, na língua de sinais de cada País existe o regionalismo, que são sinais diferentes para as mesmas palavras.

7.7 Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS é a primeira língua natural desenvolvida entre surdos e mudos brasileiros. Ao contrário da língua oral no Brasil, que veio de Portugal com a colonização, a Língua Brasileira de Sinais é uma adaptação da Língua de Sinais Francesa. A regulamentação da LIBRAS como expressão oral e escrita oficial dos surdos, no âmbito do aspecto social, representa a inserção dos surdos na sociedade.

Os sinais são formados a partir da combinação da forma e do movimento das mãos e do ponto no corpo ou no espaço onde esses sinais são feitos. De acordo com a Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 1997, v. 3), nas línguas de sinais podem ser encontrados os seguintes parâmetros para a formação dos sinais:

- a) configuração das mãos são as formas das mãos que podem ser da datilologia (alfabeto manual) ou outras formas feitas pela mão predominante (mão direita para os destros ou esquerda para os canhotos), ou pelas duas mãos;
- b) o ponto de articulação é o lugar onde incide a mão predominante configurada, ou seja, local onde é feito o sinal, podendo tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro;
- c) os sinais podem ter um movimento ou não;
- d) as expressões faciais e corporais são de fundamental importância para o entendimento real do sinal, sendo que a entonação em Língua de Sinais é feita pela expressão facial;

e) os sinais têm uma direção com relação aos parâmetros acima.

O alfabeto manual é a soletração de letras com as mãos. É utilizado para soletrar nomes de pessoas e de lugares, e para as palavras que não possuam sinal. Sempre que for soletrada mais de uma palavra, deve-se mover a mão direita para o lado esquerdo, como se estivesse dando um espaço antes de soletrar a palavra seguinte.

Uma grande conquista da comunidade surda foi a Oficialização da Língua Brasileira de Sinais, onde o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou em 24 de abril de 2002, uma lei que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação entre os surdos.

Essa lei enfatiza a necessidade de que a LIBRAS seja usada nas comunidades surdas e procura assegurar a presença de profissionais intérpretes nos espaços formais e instituições, como na administração pública direta e indireta e a inclusão do ensino da LIBRAS nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério e profissionais intérpretes, sendo optativo para o aluno e obrigatório para a instituição de ensino.

8 A EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Segundo Skliar (1997) durante muito tempo a educação dos surdos ficou baseada no que os ouvintes achavam que era o melhor. Frejman (1998) explica que a história da educação dos surdos começou na Antigüidade e parte da Idade Média onde o tratamento dados aos surdos era de que eles não tinham condições de serem educados. Nessa época já existia o uso dos sinais, porém foi no final do Século XVIII que apareceram as primeiras descrições desses sinais.

Durante o Renascimento, os surdos foram tratados como seres humanos, por isso foram oferecidas todas as maneiras de instruir o surdo para que ele pudesse desenvolver seu potencial. Eles passaram a se comunicar através da língua de sinais.

No Século XIX houve um conflito entre duas tendências de educação de surdos: o oralismo e o gestualismo. Até o Século XIX a surdez era vista em termos sociais e pedagógicos, num determinado momento ela passou a ser tratada em termos médicos, e isso trouxe uma série de efeitos negativos para a comunidade surda. O ponto alto desse processo foi o Congresso de Milão, em 1880. De acordo com Lulkin (2000) nesse congresso foram reunidos os profissionais dedicados a educação de surdos, sendo que apenas um deles era surdo. Na votação o oralismo venceu a língua de sinais, sendo adotado como forma ideal na educação de surdos. Para que esse método fosse obedecido foram tomadas medidas drásticas, como a demissão de professores e auxiliares surdos e o fato de que os alunos surdos deveriam assistir às aulas sentados em cima das mãos, para

impedir a comunicação por sinais. O oralismo foi a principal corrente até 1960, quando surgiu a comunicação total e, posteriormente, o bilingüismo.

Por muito tempo, não só a sociedade, mas os próprios profissionais que lidavam com os surdos consideravam-nos deficientes, procurando normalizá-los, através de treinamentos que os provesse de uma linguagem oral. Com os estudos lingüísticos, psicológicos e sociológicos atuais que apontam para a importância da linguagem natural, para a vida e para o desenvolvimento pleno de qualquer ser humano, algumas instituições de ensino passaram a adotar a língua de sinais na comunicação com os alunos. Contudo, não basta usar a língua como instrumento, mas torná-la símbolo de uma cultura diferente. Nem pior, nem melhor, apenas diferente. Se essa idéia não for assimilada adequadamente, corre-se o risco de, mesmo usando a língua de sinais, a cultura ouvinte e a forma de pensar ouvinte serem colocadas como centro do processo educacional e, portanto, a concepção de normalização ser dominante, mesmo que de forma camuflada. A surdez faz os surdos como são: pessoas diferentes, com formas próprias de assimilar e expressar o mundo. (DORZIAT, 1999, p. 30).

8.1 Oralismo

O oralismo tem como objetivo a integração dos surdos na comunidade ouvinte, através da fala e da leitura orofacial, evitando o uso dos sinais.

Conforme Frejman (1998), no oralismo a surdez é tratada como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação tornaria possível o aprendizado da língua oral e integraria o indivíduo surdo a comunidade ouvinte.

Os resultados do oralismo nem sempre são bons para o desenvolvimento da linguagem e da comunidade dos surdos, pois com o oralismo o surdo passa a ser visto pelo que falta a ele, e não pelas suas possibilidades e diferenças.

A oralização tenta transformar os surdos em ouvintes. Devido ao fato de que eles não podem ser, nem se comportar ou aprender como ouvintes, o oralismo não alcançou os resultados desejados. Os princípios do oralismo estavam centrados no que os ouvintes consideravam o melhor, e não nas necessidades reais dos surdos.

8.2 Comunicação Total

A comunicação total surgiu na década de 60 e foi considerada uma filosofia que incorpora as formas de comunicação auditivas, manuais e orais apropriadas para uma melhor comunicação com os surdos.

A preocupação principal é com a comunicação entre surdos e surdos e entre ouvintes e surdos. “Acredita também que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser menosprezados em prol do aprendizado exclusivo da língua oral.” (FREJMAN, 1998, p. 39).

No Brasil, além da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a comunicação total usa a datilologia (alfabeto manual), o ‘cued-speech’ (sinais manuais que representam os sons do português), o português sinalizado (língua artificial que utiliza o léxico da língua de sinais como a estrutura sintática do português e alguns sinais inventados, para representar estruturas gramaticais do português que não existem na língua de sinais) e o pidgin (simplificação da gramática de duas línguas em contato). Por exemplo, português e língua de sinais no Brasil. (FREJMAN, 1998, p. 40).

O problema é que a comunicação total não trata a língua de sinais como uma língua natural e com cultura própria. Ela usa recursos artificiais que tentam facilitar a educação e a comunicação dos surdos, porém pode provocar dificuldades entre os surdos que dominam a língua de sinais ou códigos diferentes.

8.3 Bilingüismo

A idéia central do bilingüismo é que o surdo deve ter como língua materna a de sinais e como segunda língua a oficial de seu País.

Através da língua de sinais o surdo terá uma base para aprender a segunda língua. A criança aprende a língua de sinais através de instrutores surdos ou ouvintes com proficiência em língua de sinais. A língua escrita ou oral será trabalhada através dos princípios de aprendizagem de uma segunda língua.

O princípio fundamental do bilingüismo é oferecer à criança um ambiente lingüístico, no qual seus interlocutores se comuniquem com ela de uma forma natural, da mesma forma como é feito com a criança ouvinte através da língua oral. Assim, a criança não apenas terá assegurada a aquisição e o desenvolvimento da linguagem, como a integração de um autoconceito positivo. (FREJMAN, 1998, p. 41).

Para o bilingüismo o surdo não precisa ter uma vida parecida com a do ouvinte, pois ele pode aceitar e assumir a sua surdez. O mais importante no bilingüismo é que os surdos formam uma comunidade, com língua e cultura próprias.

Nessa filosofia o aprendizado da língua oral não é visto como padrão de normalidade, ela é considerada importante, porém não é vista como único objetivo educacional do surdo. O bilingüismo tem como proposta ser educacional, social e cultural, independente da maneira que se aprende a segunda língua.

No sistema social da escola bilíngüe é oferecido aos alunos “[. . .] uma chance de se ver a partir da ‘semelhança de’ e não da ‘impossibilidade de ser’.” (FREJMAN, 1998, p. 42).

8.4 Escola Inclusiva

A inclusão de alunos surdos na escola regular surgiu com a Declaração de Salamanca, porém a maioria dos surdos prefere uma escola especial. Perlin e Quadros (1997, p.36) dizem que “as escolas inclusivas não apresentam as condições básicas para o desenvolvimento das relações lingüísticas, sociais, culturais e políticas da comunidade surda.”

Os surdos possuem uma identidade, cultura e língua natural próprias, e na escola inclusiva essas particularidades são eliminadas. A língua de sinais é fundamental para o processo educativo dos surdos, pois é através dela que eles conseguem aprender o português. Nas escolas inclusivas são os alunos que precisam se adaptar a escola quando o certo seria a escola se adaptar as necessidades educacionais especiais dos surdos.

8.5 A Educação dos Surdos no Brasil

No Brasil a educação dos surdos teve início com Ernest Huet que nasceu em 1822 e aos 12 anos ficou surdo. Sua família pertencia à nobreza da França. Huet se formou professor e emigrou para o Brasil em 1855. Apoiado por D. Pedro II, ele fundou, no Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1857, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Começou alfabetizando sete crianças com o mesmo método do abade francês De L'Épée. Essa foi a primeira escola a aplicar a língua de sinais na metodologia de ensino.

Assim como a educação na França, a língua de sinais no Brasil deixou de se desenvolver com o Congresso de Milão. Embora a influência do oralismo fosse forte, os surdos brasileiros buscaram outras alternativas de se comunicarem através da LIBRAS. Na década de 70, Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet (primeira escola superior para surdos com suporte do governo norte-americano) visitou o Brasil. Junto com ela veio ao Brasil a filosofia da Comunicação Total e, na década seguinte, a partir das pesquisas da Professora Lingüista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da Professora Eulália Fernandes, sobre a educação dos surdos, o bilingüismo passou a ser difundido. Atualmente, essas três filosofias ainda são utilizadas no Brasil.

8.6 A Leitura para os Surdos

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele.” (FREIRE, 1990, p.11-12). Essa concepção de leitura apresentada por Paulo Freire exemplifica o tipo de leitura dos surdos, pois antes de aprenderem a ler palavras e textos, eles aprendem a fazer uma leitura do mundo que os cerca, através de gestos, sinais e ações.

Para os surdos a leitura é totalmente visual, mas apenas uma parte é feita através de palavras. As ações, gestos, expressões faciais e corporais é que permitem que eles entendam o que está sendo falado. Para que os surdos possam entender as palavras, é necessário que eles façam a ligação com o sinal ou a imagem. Seria o mesmo que alguém que nunca leu ou ouviu nada em inglês. Se olhar a palavra HOUSE, pode até conseguir pronunciar, mas se não fizer a ligação com a palavra CASA ou a imagem , não saberá o que significa. Com os surdos é o mesmo, ao olharem a palavra **CASA**, para saber o que significa precisam ligar com a imagem ou o sinal.

De acordo com Brito (1993) a leitura do aluno surdo não necessita dos elementos fônicos na tradução do texto escrito para a língua de sinais. Neste caso a leitura depende muito dos fatores cognitivos, podendo o aluno surdo aprender a ler e escrever, mesmo sem poder falar. O aluno aprenderá se possuir um suporte lingüístico para o pensamento através de sua língua natural.

Segundo Brito (1993) na relação entre a língua de sinais e o desenvolvimento da leitura, os surdos filhos de pais surdos são melhores leitores do

que os surdos filhos de ouvintes, o que demonstra a grande importância da língua de sinais na primeira fase da infância.

Uma das dificuldades encontradas pelos surdos na leitura é o difícil entendimento de linguagens figuradas. Essa dificuldade ocorre mais por causa do processo cognitivo do que pela complexidade lingüística.

A partir do momento em que o surdo consegue ter domínio da língua de sinais, se torna muito mais fácil à leitura, pois é através dela que ele irá aprender a Língua Portuguesa.

9 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados foi realizada de forma separada entre o questionário para ouvintes e o questionário para surdos. O questionário para as ouvintes (Apêndice A) possui nove questões e o questionário para surdos (Apêndice B) oito questões. Cada questão está discriminada juntamente com as respostas, sendo que algumas foram transcritas exatamente como as entrevistadas responderam, e outras foram adaptadas. Todas as respostas são seguidas pela análise das mesmas baseada no referencial teórico. Para preservar a identidade das entrevistadas, serão usadas as iniciais dos nomes.

As duas ouvintes entrevistadas são professoras, sendo que M.R. é formada em Pedagogia – Supervisão Escolar, e E.C. fez Magistério e está fazendo o curso de Formação de Professores em Séries Iniciais. As duas entrevistadas surdas possuem Ensino Superior, J.P.C. é formada em Arquitetura e Urbanismo e trabalha como Instrutora de LIBRAS, e S.M.F. em Educação Física e é professora. As quatro entrevistadas trabalham na Escola de Ensino Fundamental para Surdos Professora Lilia Mazon.

9.1 Questões para Ouvintes

A primeira questão para as professoras ouvintes foi para saber se elas utilizavam em sua vida particular alguma TIC, quais eram as mais utilizadas, a importância de usá-las e quais as dificuldades no acesso e de uso das mesmas.

E.C. respondeu: “Sim, jornais, livros e internet. Sempre existe algo para aprender e como passatempo. Preço dos livros e manutenção do pc.”

E M.C. escreveu: “Sim, utilizo Internet, jornal, revista, livros, televisão, porque é a forma que disponho para saber o que acontece no mundo e posso desenvolver meus conhecimentos e ampliar minha cultura.”

As duas utilizam em seu cotidiano as TICs mais básicas. Os jornais, livros e Internet são os mais utilizados por ambas. Além disso, elas ressaltam a importância das TICs para saber o que ocorre no mundo em que vivemos e dessa forma poder lutar pelos direitos de cidadão. Uma das dificuldades colocadas é o preço dos livros, e essa é uma realidade vivida pela maioria das pessoas, por isso muitas recorrem aos jornais com seu preço mais em conta para se manter informado e atualizado, ou a utilização de bibliotecas.

A segunda pergunta questionava quais as TICs que estavam disponibilizadas aos alunos surdos.

E.C. respondeu que eram revistas e livros, e M.R. colocou além dessas a televisão, ressaltando que a escola não possui Internet para o uso dos alunos.

A escola onde as professoras trabalham não dispõe de Internet, por isso as TICs utilizadas são os livros e revistas existentes na Biblioteca e a televisão

com TV a cabo e vídeo-cassete numa sala específica. Essa é uma realidade presente em grande parte das escolas. A falta de recursos não permite que elas possam oferecer computadores com acesso a Internet.

Enquanto a segunda questão tratava das TICs que eram disponibilizadas aos alunos, a terceira questionava quais eram as mais utilizadas por eles.

E.C. respondeu novamente que eram as revistas e livros, e M.R. escreveu “o mais comum é os alunos utilizarem a televisão e o celular. Alguns têm Internet em casa; outros compram um jornal (o mais barato), mas têm dificuldades na compreensão das notícias de forma integral.”

Fora da escola os alunos utilizam, além das citadas na questão anterior, o telefone celular, através das mensagens de texto e a Internet. A telefonia móvel, através dos celulares que enviam mensagens de texto e pictográficas, facilitou muito a comunicação dos surdos com os ouvintes e com outros surdos. A maior dificuldade encontrada no uso dos livros e jornais é o fato de que muitas palavras e expressões da Língua Portuguesa não são compreendidas pelos surdos, pois sua comunicação principal é através da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Algumas televisões possuem o Closed Caption que coloca legenda em todas as falas. Porém não são todos os canais e nem todos os programas que possuem essa opção.

A questão número quatro era: Qual a forma de acesso ao uso das TICs na escola pelos alunos?

Segundo E.C. é através da biblioteca e de doações diretas aos alunos. M.R. respondeu essa questão junto com a resposta da próxima questão. A

biblioteca possui uma importância fundamental no processo educativo, pois ela oferece os subsídios aos professores e o apoio para os alunos.

A questão seguinte era: Como essas TICs auxiliam no aprendizado de seus alunos surdos? Tem alguma experiência para relatar?

E.C. não respondeu essa pergunta. M.R. escreveu que “os professores trazem revistas e jornais e colocam à disposição dos alunos. Escolhemos temas que fazem parte de sua realidade diária e debatem com os outros alunos. Fazem com que os alunos procurem artigos relacionados com os temas, é trabalhado o vocabulário, idéias. Os alunos relatam experiências e são montados cartazes, painéis.”

As TICs, especialmente os jornais e revistas, por sua atualidade, são essenciais para o aprendizado dos alunos surdos, pois elas dão o suporte visual necessários para eles. Através das imagens e fotos eles fazem as relações com os acontecimentos e as informações.

Na questão número seis a pergunta foi sobre quais adaptações dessas tecnologias seriam necessárias para que a informação possa ser transmitida e assimilada de forma completa.

E.C. respondeu: “geralmente os livros recebidos de doações estão desatualizados e as revistas muitas vezes são de anos anteriores, não temos internet na escola e usamos vídeos como recurso didático. Verbas especiais para reciclagem da biblioteca.”

Já M.R. colocou que devido à televisão ser muito apreciada, todos os programas deveriam ter tradução simultânea e outras legendas.

Percebe-se que a desatualização do acervo da biblioteca é uma realidade na maioria das escolas públicas, pois com a falta de verbas não podem

adquirir livros novos. No caso da escola onde as professoras trabalham, até o ano passado o MEC não enviava livros didáticos. Por isso só existiam os livros que eram recebidos de doações e que estavam ultrapassados. Somente esse ano o MEC decidiu enviar livros didáticos, o que auxilia o trabalho dos professores. Para os surdos compreenderem as palavras eles precisam fazer a relação delas com seus sinais e sua visualização.

A questão seguinte era: após o uso das TICs os professores estimulam os alunos a refletirem sobre as informações encontradas? De que forma?

E.C. colocou: “Às vezes consigo fazer ligações (livros de histórias infantis, pesquisas históricas, mas a atualidade é feita através de jornais esporádicos).”

M.R. respondeu que “à medida que os alunos tomam conhecimento do que está acontecendo ao seu redor, torna-se possível o entendimento de cada situação. Ex.: as CPI’s, que eles não entendiam, foi trabalhada na sala de aula.”

A questão seguinte perguntava: Os alunos costumam usar a Biblioteca com maior ou menor frequência? Por quê?

E.C. respondeu que eles costumavam freqüentar quando havia bibliotecária.

M.R. escreveu que a biblioteca é utilizada à medida que os alunos têm necessidade de fazer pesquisas ou buscam algumas leituras, mas que no momento não há bibliotecária na Escola.

Foi possível verificar, no período em que realizei meu estágio na biblioteca da Escola, que os alunos gostavam muito de utilizar a biblioteca. Os alunos menores, da primeira e segunda séries, gostavam muito dos livros de histórias e gibis, por possuírem mais imagens. Já os maiores procuravam muitas

vezes os livros didáticos, para ajudar na compreensão das matérias. Alguns gostavam de livros de histórias, normalmente de contos. No período em que as professoras responderam esse questionário a Escola estava sem bibliotecária, porém uma estagiária foi contratada no mês de outubro.

Na última pergunta: como as TICs podem auxiliar os surdos na conquista de seus direitos de cidadão?

E.C. escreveu: “todos os tipos de TICs informam, da informação vem à conscientização e com isso o sujeito se faz na história.”

M.R. respondeu que “à medida que eles têm acesso às informações e podem utilizar as TICs, eles podem lutar por coisas que lhes dizem respeito, como: o uso de LIBRAS para todos, uma educação de qualidade, a não inclusão de surdos em escolas. Eles se comunicam com seus pares e podem posicionar-se sobre os mais diferentes assuntos.”

As TICs levam informação e conhecimento para todos, e é através dessas informações que as pessoas podem conhecer seus deveres e exigir seus direitos de cidadão. A luta dos surdos para serem incluídos na sociedade começa no momento em que eles conhecem seus direitos. As tecnologias como Internet e a telefonia móvel estão colaborando cada vez mais com essa inclusão dos surdos. No que diz respeito aos direitos políticos, alguns partidos em suas propagandas na televisão colocam intérprete no canto da tela, para que os surdos também saibam o que está ocorrendo.

As duas entrevistadas possuem amplos conhecimentos da cultura surda, pois E.C., além de professora de surdos possui uma filha surda. E M.R. trabalha como professora de surdos há muitos anos. Suas respostas demonstram esses conhecimentos, além da preocupação delas com seus alunos e o futuro deles.

O processo de educação dos surdos passou por algumas fases. Começou com a negação de suas diferenças, quando foi proibida a comunicação por sinais. Nesse período, era utilizada a oralização, ou seja, eles tinham que aprender a falar e fazer a leitura labial. Com a perda de sua identidade, acabavam excluídos da sociedade. Após muita luta conseguiram a oficialização da língua de sinais como primeira língua. Com essa oficialização, a educação passou a ser bilíngüe, com os alunos aprendendo a língua portuguesa através da língua de sinais. Essa luta não foi apenas dos surdos, mas também dos seus educadores. Através do bilingüismo os surdos recuperaram sua identidade e sua cultura, podendo assim conquistar sua cidadania.

As TICs possuem um papel fundamental na busca da cidadania, pois para todos nós, surdos ou ouvintes, PNEEs ou não, é através delas que podemos nos manter informados. A informação é um poder e com ela conhecemos nossos direitos e nossos deveres de cidadão. E para todas as PNEEs as TICs apontam o caminho para a sua inclusão na sociedade.

9.2 Questões para surdos

A primeira pergunta para as entrevistadas surdas foi: quais as TICs estão disponibilizadas aos surdos?

Tanto J.P.C., quanto S.M.F. responderam que são o celular com mensagem de texto, TDD (telefone p/ surdos), televisão com legendas, Internet (orkut, e-mail, MSN, sites), livros jornais, revistas.

O acesso à informação pelos surdos é feito através das tecnologias tradicionais e também das mais atuais. O TDD é um aparelho que possui um sistema de comunicação telefônica digital, onde os surdos se comunicam com outras pessoas escrevendo mensagens em um teclado e visualizando num display as mensagens que são enviadas para eles. São necessários dois aparelhos pra essa comunicação, ou então pode ser feita através do número 142 - Sistema de Intermediação Surdo Ouvinte (SISO). Neste caso o surdo precisa ter o TDD e entrar em contato com o SISO, onde o atendente faz a ligação para o telefone ouvinte e transmite as mensagens que o surdo escreve. A televisão com legenda utiliza o sistema Closed Caption. Existem duas formas de legenda a on-line e a off-line. Na on-line ela é feita em tempo real através de estenotipia ou de um software de reconhecimento de voz, enquanto que na off-line, ela é pós-produzida em programas gravados, utilizando computadores com softwares específicos. Porém são poucos os canais e programas que utilizam. Na Rede Globo, são utilizados através dos programas: Fantástico, Globo Repórter, a Grande Família, Zorra Total, Tela Quente, Supercine, Programa do Jô, as novelas Força de um Desejo e Belíssima, Bom dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal da Globo e o Jornal Nacional. No SBT, são utilizados através da novela Os Ricos Também Choram e o Domingo Legal. A TVE possui Closed Caption na maior parte de sua programação.

A questão seguinte perguntava quais dessas TICs elas mais utilizam, e por que.

As duas entrevistadas utilizam celular com mensagem de texto, televisão com legendas, Internet, livros, jornais, revistas. Quanto ao TDD elas pouco utilizam. As trocas de mensagens pelo celular são muito utilizadas pelos surdos, pois através delas podem se comunicar tanto com ouvintes, quanto com os outros

surdos. Não são todos os surdos que possuem o aparelho de TDD, normalmente as escolas especiais e as associações de surdos disponibilizam em suas sedes para o uso da comunidade surda.

A terceira questão é: quais as principais dificuldades de acesso e de uso das TICs? Por quê?

J.P.C. e S.M.F responderam que é a televisão, porque nem todos os canais e programas possuem legenda, e os livros, jornais e revistas, pois as dificuldades são com as palavras e gírias pouco conhecidas pela comunidade surda. A comunicação dos surdos é feita através da LIBRAS, e nem todas as palavras, gírias e expressões da língua portuguesa podem ser traduzidas para a língua de sinais. Por isso a maioria dos surdos tem muita dificuldade na compreensão de textos.

A questão seguinte queria saber quais adaptações essas TICs precisariam para que a informação pudesse ser transmitida e assimilada de forma completa.

J.P.C. respondeu: “todas são necessárias para receber as informações e assimilar todas formas de comunicação, conhecimento, que abre a visão p/ os surdos.”

S.M.F. escreveu: “todas são precisamos de receber as informações e assimilar todas as formas de comunicação, conhecimento.”

As duas entrevistadas acham que são necessárias adaptações, porém não sugeriram nenhuma. Para começar, mais canais e programas de televisão deveriam disponibilizar o Closed Caption. Quanto aos livros, revistas e jornais seria mais difícil, pois precisaria de alterações na linguagem dos textos.

Quinta questão: você acha que as TICs ajudam você a conquistar seus direitos de cidadão? De que maneira?

Esta pergunta foi respondida por J.P.C. da seguinte forma: “sim ajuda muito, pois vai trazer as informações, os conhecimentos, onde todos recebem, os surdos precisam receber, o direito de cidadão como todo mundo.”

S.M.F. respondeu: “sim, ajuda muito pois vai trazer as boas informações, os surdos precisa saber e recebem as informações que tem direitos de cidadão.”

Através das TICs todos nós recebemos informações e conhecimentos necessários para conhecer os nossos direitos e poder lutar por eles. Os surdos que são excluídos da sociedade e das decisões podem, através das TICs, se manterem informados sobre os direitos que cabem a eles.

A questão seis perguntava de que forma as TICs utilizadas pela comunidade surda podem ajudar na inclusão social, na inclusão digital e na conquista da cidadania.

Para J.P.C. “através no celular com mensagem de texto e o TDD, abre a comunicação entre surdo e ouvinte. Como também na inclusão social. Além disso também é utilizado através na Internet como MSN e outros.”

S.M.F. também respondeu que as mensagens trocadas pelo celular, o TDD, o MSN e Orkut são formas de comunicação entre surdos e ouvintes.

A inclusão social pode ser encarada como o processo de convivência entre as pessoas denominadas normais e as PNEEs. No caso dos surdos essa convivência é dificultada pelas barreiras de comunicação, mas com a Internet e telefone com mensagem esses obstáculos são superados. Podemos estar

conversando e trocando informações por e-mail ou MSN com uma pessoa surda sem perceber.

As duas entrevistadas possuem Curso Superior completo, por isso essa questão era para saber como foi o processo de acesso e uso das TICs durante a Faculdade, no acompanhamento das disciplinas, quais as maiores dificuldades e como foram superadas.

J.P.C. escreveu que “foi o processo de muitas lutas... eu era a única surda na sala, às vezes tinha intérprete, ajudava e recebia informações dos professores. Os livros foram grande desafio, gostava e gosto muito de ler, lutei muito p/ adaptar através os livros a comunicação do professor e outros.”

S.M.F. respondeu: “foi muito processo p/ luta meu direito... Quando eu entrei na faculdade na época não tinha intérprete, todas as salas, eu pedido colega me apóia e à vezes tem dificuldade p/ leitura labial. E também pelo apoio as informações dos professores e colegas.”

O contato com professores e colegas é fundamental para o processo de aprendizagem. Mesmo com as barreiras de comunicação, e com a falta de intérpretes, o apoio e auxílio dos professores e colegas é possível. É possível conversar e ajudar os surdos sem conhecimentos de LIBRAS. Se conversar calmamente eles conseguem fazer a leitura labial, o que não pode acontecer é o isolamento desses alunos. Atualmente, a maioria das faculdades que tem alunos surdos disponibilizam intérpretes para eles, pois esse é um direito deles.

A última questão indagou sobre a interação com as TICs e com os professores e colegas. Para J.P.C. “foi muito importante a interação com essas TICs. Com a comunicação dos professores e colegas, utilizei vários modos de comunicar, a minha voz (falo normalmente como ouvinte), as trocas de mensagem de texto

(celular, e-mail, papel), quando tinha intérprete facilitava a comunicação, o intérprete traduzia o que eles falavam, sentia muito confortável, mas quando não tinha, eu engolia os livros, me deixava muito preocupada. Agora me formei em janeiro 2005 e vi muitas coisas, consegui chegar meu sonho – a formatura.”

S.M.F. escreveu: “eu acho é muito importante a interação de TICs com comunicação de professores, colegas, amigos ouvintes e surdos e poder comunicação com ouvintes, é normalmente, tentar entender a comunicação. As trocas dos e-mails, mensagem de texto. Os colegas já falava comigo e fazia brincadeira e piadas. Eu senti tranquilo antes era difícil p/ comunicar c/ os ouvintes. Após quase terminar graduação, começou ter intérprete pouco durante semestre então eu formei em janeiro de 2001. É meu sonho pelo estuda na faculdade, mestrado, doutorado. É importante interação c/ os ouvintes e também a informações aplicado os conhecimentos.” O contato com os colegas e professores, mesmo com as dificuldades na comunicação, é fundamental para os surdos. Essa interação possibilita que eles troquem informações e conhecimentos.

As entrevistadas são surdas, mas mesmo com todas as dificuldades venceram preconceitos e barreiras e se formaram. J.P.C. é formada em Arquitetura e Urbanismo e S.M.F. em Educação Física. Assim como elas, muitos surdos também conquistam seus direitos através das informações e conhecimentos.

As universidades estão cada vez mais investindo na educação e na formação de PNEEs. Os surdos que faziam faculdade há alguns anos, não tinham intérpretes, por isso o processo de comunicação entre eles com colegas e professores era de forma oralizada, e o aprendizado mais difícil. Hoje as universidades já oferecem intérpretes para seus alunos surdos, o que facilita o seu aprendizado.

As TICs, especialmente as mais modernas como Internet e a telefonia móvel, estão a cada dia facilitando mais a comunicação entre os surdos e entre eles e os ouvintes. A interação que a Internet traz diminui as barreiras na comunicação, pois programas como MSN, e-mail e chat possibilitam a comunicação, sem que a barreira do preconceito esteja presente. Isso ocorre porque podemos estar conversando com um deficiente físico, ou um surdo, ou um deficiente visual, e sem perceber suas diferenças.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidadania consiste em um conjunto de direitos e deveres que todos nós possuímos e devemos cumprir. As Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, no caso desse trabalho, os surdos, também possuem esses direitos e deveres. Os preconceitos enfrentados por essas pessoas muitas vezes impedem que elas sejam consideradas parte integrante da sociedade. Com as Tecnologias de Informação e de Comunicação torna-se possível à inclusão das PNEEs na sociedade.

As TICs têm o papel de levar informação e conhecimento para todas as pessoas. Essas informações e conhecimentos tornam possível a conquista dos direitos de cidadão de todos nós. Tecnologias como a Internet e as telecomunicações quebraram barreiras na comunicação entre os surdos e eles e os ouvintes. Apesar das dificuldades de comunicação elas possibilitam uma troca de conhecimentos que auxiliam na conquista da cidadania e na inclusão social.

Atualmente existe uma preocupação maior com as PNEEs no sentido de inseri-los na sociedade e no cumprimento de seus direitos e deveres de cidadão. No caso dos surdos, as campanhas governamentais com explicações referentes às votações, trazem no canto da tela do televisor um intérprete passando essas informações em LIBRAS. Além disso, alguns partidos políticos nas últimas eleições também colocaram intérpretes em suas propagandas.

As novas tecnologias diminuíram as barreiras de comunicação levando informação e conhecimento para todos, além disso, há uma preocupação cada vez maior com os direitos das PNEEs. No entanto, o que ainda as mantém

excluídas da sociedade não é a falta de informação e conhecimento, mas sim o preconceito, pois a maioria ainda considera as PNEEs inferiores.

Enfim, as TICs possibilitam que as PNEEs conheçam seus direitos e lutem por eles, porém os surdos e todas as outras PNEEs só serão totalmente incluídos na sociedade quando as barreiras do preconceito forem destruídas e as diferenças existentes forem consideradas exatamente isso, simples diferenças.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, Philip. Editoração de Livros. In: **A Informação: tendências para o novo milênio**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999.
- BORGES, Amélia Rota. A Inclusão de Alunos Surdos na Escola Regular. **Espaço: informativo técnico-científico do INES**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.63--68, jun. 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Deficiência Auditiva**. Brasília, DF: SEESP, 1997. V.1.
- _____. **A Educação dos Surdos**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1997. V.2.
- _____. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília, DF: SEESP, 1997. V.3.
- BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração Social e Educação de Surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.
- COUTO, Alpia Ferreira et al. **Como Compreender o Deficiente Auditivo**. Rio de Janeiro: Rotary Club, 1985.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo, Editora Moderna, 1999.
- DÓRIA, Ana Rímoli Faria. **Manual de Educação da Criança Surda**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1961.
- DORZIAT, Ana. Bilingüismo e Surdez: para além de uma visão lingüística e metodológica. In: SKLIAR, Carlos. **Atualidade da Educação Bilingüe para Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. V.2.
- EVANS, Peter. Algumas Implicações da Obra de Vygotsky na Educação Especial. In: **Vygotsky em Foco: pressupostos e desdobramentos**. Campinas: Papirus, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIRÊDO, Maria da Penha Caetano de. A Era da Informação e da Cidadania. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v.7, n.1, p.79-93, 1997.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1990.

FREJMAN, Mila Weissblüth. **Relações entre Processos Cognitivos e Lingüísticos**: terapia fonoaudiológica para adolescente surdo, dentro de uma visão sócio-antropológica. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)— Faculdade de Fonoaudiologia, Instituto Metodista de Educação e Cultura, Porto Alegre, 1998.

LULKIN, Sérgio Andrés. **O Silêncio Disciplinado**: a invenção dos surdos a partir de representações ouvintes. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MARINHO, Raimunda Ramos. Leitura – um caminho para a cidadania. **Transinformação**, Campinas, v. 5, n. 1-3, p. 90-94, jan./dez. 1993.

MARTINI, Renato. Inclusão Digital & Inclusão Social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, out./mar., 2005. Disponível em: <http://www.ibict.br/revistainclusaosocial/viewarticle.php?id=7&layout=html>. Acesso em 15 out. 2005.

MAZERON, Lília Maria Ferreira. **Alunos Deficientes da Audição Integrados no Ensino Comum e/ou em Escolas Especiais** – estudos comparativo quanto ao desenvolvimento de linguagem e nível de compreensão de leitura. 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. **Aspectos Lingüísticos da Língua Brasileira de Sinais**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

PASSERINO, Liliansa Maria; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. Espaço Virtual para a Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA, 7., 2004, Monterrey. [Anais]. Monterrey: RIBIE, 2004. 1 CD-ROM.

PERLIN, Gladis Teresinha T.; QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos em Escola Inclusiva? **Espaço**: informativo técnico-científico do INES, Rio de Janeiro, v.4, n.7, p.29-34, jun. 1997.

PERLIN, Gladis Teresinha T. Identidades Surdas e Inclusão. In: SEMINÁRIO SURDEZ, CIDADANIA E EDUCAÇÃO: refletindo sobre os processos de exclusão e inclusão, 1998, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1998. P.112-123.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo, Contexto, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul**: garantias e violações dos direitos humanos no RS, 2001/2002. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2002.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Escola Inclusiva: confrontando o paradigma. **Espaço**: informativo técnico-científico do INES, Rio de Janeiro, v.4, n.7, p.29-34, jun. 1997.

SKLIAR, Carlos (org.). Uma Perspectiva Sócio-histórica sobre Psicologia e a Educação dos Surdos. In: _____ **Educação & Exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

APÊNDICE A – Questões para Ouvintes

Nome:

Formação:

Profissão:

As Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) - Internet, livros, jornais, televisão, telecomunicações - são meios que possibilitam a aquisição de informação e de conhecimento. Através delas as pessoas conseguem saber o que acontece no mundo em que vivem, e com esse conhecimento podem lutar pelos seus direitos de cidadão.

- 1) Você utiliza alguma TIC? Qual a mais utilizada? Por que é importante o seu uso. Quais as maiores dificuldades no acesso e no uso das TICs?
- 2) Quais as TICs estão disponibilizadas aos alunos surdos?
- 3) Quais as TICs mais utilizadas pelos alunos?
- 4) Qual a forma de acesso ao uso das TICs na escola pelos alunos?
- 5) Como essas TICs auxiliam no aprendizado de seus alunos surdos? Tem alguma experiência para relatar?
- 6) Quais adaptações dessas tecnologias seriam necessárias para que a informação possa ser transmitida e assimilada de forma completa?
- 7) Após o uso das TICs os professores estimulam os alunos a refletirem sobre as informações encontradas? De que forma?
- 8) Os alunos costumam usar a Biblioteca com maior ou menor frequência? Por quê?
- 9) Como as TICs podem auxiliar os surdos na conquista de seus direitos de cidadão?

APÊNDICE B – Questões para Surdos

Nome:

Formação:

Profissão:

As Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) - Internet, livros, jornais, televisão, telecomunicações - são meios que possibilitam a aquisição de informação e de conhecimento. Através delas as pessoas conseguem saber o que acontece no mundo em que vivem, e com esse conhecimento podem lutar pelos seus direitos de cidadão.

- 1) Quais as TICs estão disponibilizadas aos surdos?
- 2) Quais as TICs mais utilizadas por você? Por quê?
- 3) Quais as principais dificuldades de acesso e de uso das TICs? Por quê?
- 4) Quais adaptações dessas tecnologias seriam necessárias para que a informação possa ser transmitida e assimilada de forma completa?
- 5) Você acha que as TICs ajudam você a conquistar seus direitos de cidadã? De que maneira?
- 6) De que forma as TICs utilizadas pela comunidade surda podem ajudar na inclusão social, na inclusão digital e na conquista da cidadania?
- 7) Como foi o processo de acesso e uso das TICs durante a faculdade, no acompanhamento das disciplinas? Quais as maiores dificuldades? Como foram superadas?
- 8) Como foi a interação com essas TICs? E o processo de interação e comunicação com os professores e colegas?

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.